

Território e memórias do trabalho: a produção agrícola nas margens do Rio de Contas no distrito de Suçuarana - Tanhaçú - Bahia

Miriam Cléa Coelho Almeida

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.
e-mail: miriam.coelho@uesb.edu.br

Sônia de Souza Mendonça Menezes

Universidade Federal de Sergipe (UFS) – São Cristóvão, Sergipe, Brasil.
e-mail: soniamendoncamenezes@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa as configurações territoriais das memórias do trabalho na produção agrícola das margens do Rio de Contas, no trecho do distrito de Suçuarana, Tanhaçú – Bahia, nas duas últimas décadas. Para tanto, entende o território, a memória e o trabalho como uma unidade dialética contraditória que se vincula ao processo geral da acumulação capitalista. Nesta perspectiva teórica, utilizou-se das contribuições de Harvey (2006), Smith (1988), Oliveira (1997-99), Marx (1985), Hobsbawm (2014), Pollak (1989), Carvalho (2013) Coca (2013), dentre outros. A análise dos dados e das narrativas dos trabalhadores e trabalhadoras evidenciam as transformações ocorridas, simultaneamente, na produção, na distribuição, na circulação e no consumo dos mais diferentes tipos de cultivos e nas configurações territoriais. Ademais, desnudam as contradições e as disputas de classe e poder travadas entre agricultores familiares camponeses, atravessadores, consumidores, Sindicato e o Estado.

Palavras chave: Território; memória; trabalho; produção agrícola.

Territory and memories of work: an agricultural production in margins of the Rio de Contas in the Suçuarana district - Tanhaçú - Bahia

Abstract

This paper is about to analyze the territorial configurations, in the last two decades, of working and memories in the agricultural production at the Rio de Contas' shores, located in the district of Suçuarana, Tanhaçú – Bahia. Therefore, the territory, the memory and the work are understood as a contradictory dialectical unit that is linked to the general process of capitalist accumulation. In this means to build this theoretical perspective, we used the contributions of Harvey (2006), Smith (1988), Oliveira (1997-99), Marx (1985), Hobsbawm (2014), Pollak (1989), Carvalho (2013) Coca (2013), among others sources. The data analysis and narratives of both male and female workers show the transformations that occurred. Simultaneously, transformations took place in many different facets such as production, distribution, circulation and consumption in the most different types of crops and in territorial configurations. Furthermore, they reveal their own contradictions and as class and power are disputed between peasant family farmers, middlemen, consumers, the Syndicate and the State.

Keywords: Territory; memory; work; agricultural production.

Territorio y memorias de trabajo: producción agrícola en los ríos de Río de Contas en el distrito de Suçuarana - Tanhaçú - Bahia

Resumen

Este artículo analiza las configuraciones territoriales de las memorias de trabajo en la producción agrícola en las riberas del Río de Contas, en espacio del distrito de Suçuarana, Tanhaçú - Bahía, en las últimas dos décadas. Con este fin, entiende el territorio, la memoria y el trabajo como una unidad dialéctica contradictoria que está vinculada al proceso general de acumulación capitalista. En esta perspectiva teórica, utilizamos las contribuciones de Harvey (2006), Smith (1988), Oliveira (1997-99), Marx (1985), Hobsbawm (2014), Pollak (1989), Carvalho (2013) Coca (2013) , entre otros. El análisis de datos y narrativas de trabajadores y trabajadoras muestra las transformaciones que ocurrieron, simultáneamente, en la producción, distribución, circulación y consumo de los más diferentes tipos de cultivos y en las configuraciones territoriales. Además, exponen las contradicciones y las luchas de clase y poder que se pasan entre los campesinos, agricultores, intermediarios, consumidores, la Unión y el Estado.

Palavras clave: Territorio; memoria; trabajo; producción agrícola.

Introdução

O presente artigo é resultado de pesquisa realizada em Pós Doutorado que analisou as conformações territoriais das memórias do trabalho na produção agrícola das margens do Rio de Contas, no trecho do distrito de Suçuarana, Tanhaçú – Bahia, nas duas últimas décadas. Pauta-se no entendimento de que estas memórias são reveladoras das transformações ocorridas ao longo do tempo, nas formas de produção, de distribuição, de circulação e de consumo dos mais diferentes tipos de cultivos e, conseqüentemente, nas configurações territoriais da área em estudo inserida no semiárido nordestino, mais especificamente, no Território de Identidade do Sertão Produtivo da Bahia.

O tratamento do território, da memória e do trabalho é feito de modo entrelaçado, por compreender que estas categorias analíticas se constituem numa unidade dialéctica contraditória – portanto, embora possuam bases epistemológicas próprias, estão entrecruzadas e interconectadas. Para uma maior elucidação desta estratégia teórico-metodológica, inicialmente, são firmadas as filiações teóricas que fundam a concepção do território como produto dos antagonismos de uma sociedade de classe inserida numa totalidade histórica. Em seguida, percorre-se o arcabouço teórico da memória para expor os elementos que a aproximam do processo geral da produção capitalista e que a compreenda como um constructo social eivado de contradições e conflitos. Nessa direção, para demonstrar as determinações materiais da memória, considerou-se o trabalho como base fundante de sua construção e reconstrução. Entretanto, diante da subordinação ao capital, o trabalho se encontra na condição de estranhado e alienado e, assim, a memória também irá abrigar essa condição. Além disso, ao partir do pressuposto de que a memória é construída

por homens e mulheres concretos por meio do trabalho e que esta construção não se dá fora do espaço, as configurações territoriais participam, simultaneamente, desse processo de (re)construção das memórias, ora determinando, ora sendo determinadas, num contínuo movimento dialético contraditório.

Os dados e as informações presentes e analisados neste artigo foram coletados em fontes secundária (órgãos e institutos de pesquisa públicos, relatórios, teses, artigos, etc.) e primária (aplicação de formulários de pesquisa com agricultores familiares camponeses¹ e consumidores e entrevistas com Secretário de Agricultura e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais). A quantidade de formulários aplicados foi definida com base no critério da “saturação de dados”, entendido como o momento em que as respostas dadas pelos entrevistados é marcado pela repetitividade das respostas (BABBIE, 1999). Apesar da polêmica que envolve a aplicação de formulários, considerou-se a importância de se ter um suporte na mensuração de dados municipais e na possibilidade de estabelecer relações entre a realidade local, estadual e nacional. Mesmo reconhecendo os riscos da quantificação, optou-se por não abdicar dos números, mas garantir qualidade à quantidade. Ademais, concorda-se com a advertência de Besson (1995) de que não se pode “absolutizar, autonomizar ou naturalizar” o dado, mas compreendê-lo como uma “representação conceitual e ideológica” da realidade.

Para enriquecer as informações, foram consideradas as histórias de vida e de trabalho de trabalhadores e trabalhadoras que – ao rememorem suas experiências – permitiram conhecer as articulações das memórias com o processo de trabalho na produção agrícola, e vice-versa, em diferentes contextos temporais e espaciais e suas metamorfoses.

Território, memória e trabalho: alguns pressupostos

O tratamento do território, da memória e do trabalho como unidade dialética contraditória não nega as bases epistemológicas próprias de cada categoria, mas evidencia os elementos que as aproximam, as soldam e, ainda, que as vinculam ao processo geral da produção e acumulação capitalista.

Com base nesse pressuposto, parte-se aqui da concepção de território como produto dos antagonismos de uma sociedade de classe inserida numa totalidade histórica. Essa demarcação teórica é importante porque o território como categoria analítica tem sido alvo de diferentes interpretações e definições, cujos estudos estão permeados por concepções teórico-metodológicas distintas e divergentes. Existe um longo percurso teórico, sobretudo na ciência geográfica, acerca do conceito de território. Não se deseja, neste

¹ Na realidade examinada, os agricultores reúnem em si as condições de agricultor familiar, camponês e vendedor da força de trabalho.

momento, debruçar sobre essas diferenciações conceituais, mas apenas sinalizar as filiações que serviram de âncora para as análises aqui empreendidas.

Desse modo, uma primeira consideração a se fazer é que a análise da produção territorial está inserida no contexto geral da produção capitalista. Contudo, “[...] o surgimento de uma estrutura espacial diferente com a ascensão do capitalismo não é um processo livre de contradições” (HARVEY, 2006, p. 53). As estruturas espaciais são possibilitadas em função da constituição do sistema de produção e trocas que se processa desde as micro até as escalas globais. Com o avanço da divisão internacional do trabalho, vê-se, simultaneamente, a estruturação de um sistema geográfico integrado de produção e troca, que, segundo Harvey (2006), atende aos propósitos da acumulação capitalista. Ao mesmo tempo, é possível notar os antagonismos dessa produção espacial também em diferentes níveis escalares.

Embora se identifique, ao longo do tempo, uma variedade de tendências e perspectivas na abordagem do território, neste estudo, ao considerar que o processo de produção territorial está articulado com o processo de acumulação capitalista, será fundamental destacar a sua natureza contraditória. Isso significa inseri-lo no conjunto das determinações históricas, políticas, econômicas e sociais. Além disso, partilha-se da tese de que o território encerra objetividade e subjetividade por apresentar dimensão concreta resultante de uma totalidade histórica.

Nessa perspectiva, adere-se às formulações de Oliveira (1997, p. 09), para quem o território

[...] é um espaço transformado pelo trabalho é, portanto, uma produção humana, logo espaço de luta, de luta de classes ou fração de classes. Por causa de todas as relações que envolve, inscreve-se no campo do poder, sendo, pois, o lugar da luta cotidiana da sociedade pelo seu devir histórico.

Nessa direção, há que se pensar o território como a expressão dos antagonismos da sociedade de classes, vez que as classes sociais disputam, no processo de acumulação capitalista, projetos territoriais distintos. Com base nessas premissas, Oliveira compreende o território como uma:

[...] síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O *território* é, assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra (OLIVEIRA, 1999, p. 74, grifo do autor).

É assim que a produção capitalista do espaço gera o desenvolvimento desigual e combinado do espaço (SMITH, 1988). A produção do espaço é marcada por processos territoriais distintos numa clara demonstração da movimentação das classes sociais em disputa, edificando, por um lado, o território do capital e do trabalho e, por outro, o território da classe trabalhadora e da negação ao trabalho. Contudo, esses espaços se articulam para a reprodução do capital e da força de trabalho. Nessa perspectiva, Oliveira (1999) orienta que “[...] são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território” (p. 74). Em seguida, ele conclui que “[...] o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza” (OLIVEIRA, 1999, p. 74, grifos do autor). Em face disso, Oliveira (1999) adverte sobre a simultaneidade da produção territorial, a qual contém “construção/destruição/manutenção/transformação”, sendo o território “[...] uma unidade dialética, portanto, contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve” (p. 74). Com base nessa formulação, esse processo de produção do território “[...] é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução” (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

A lógica contraditória desse processo contínuo de produção territorial, segundo Oliveira (1999), é o que “[...] constrói/destrói *formações territoriais* em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma *formação territorial* conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conformando *regiões*” (p. 75, grifos do autor).

Esses apontamentos sobre o território sinalizam para a necessidade de se pensar a memória para além das noções da psicofisiologia, da neurofisiologia e da psiquiatria, as quais evidenciavam a dimensão individual da memória (LE GOFF, 1990), para considerá-la como um constructo social eivado de contradições e conflitos, e determinada pelas condições objetivas e subjetivas da sociedade.

Tais determinações objetivas e subjetivas desnaturalizam a memória e nos fazem pensar nos processos históricos, políticos e ideológicos que a envolvem e que justificam a sua seletividade e intencionalidade. Ademais, as determinações materiais da memória atestam as suas relações como o mundo do trabalho e vice versa, vez que são construídas e desconstruídas por homens e mulheres concretos numa sociedade de classes (ALMEIDA, 2017).

Essa dimensão política e ideológica da memória é também destacada nas contribuições de Hobsbawm (2014) sobre a tese de que as tradições podem ser uma invenção da esfera política, amplamente difundidas pela memória oficial que a impõe e a mantém. Com a tese da “invenção” das tradições, é fundamental considerar que, na

abordagem da memória, o ato de recordar o passado pode implicar em (re)interpretações, esquecimentos, omissões e supressões deliberadas. A tradição inventada é entendida como “[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas” (2014, p. 9). Essas práticas objetivam induzir “[...] valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. [...] tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado” (HOBSBAWM, 2014, p. 9).

Adiciona-se a essas considerações sobre a dimensão política da memória, o entendimento de Pollak (1989), ao propor uma análise da memória para além da lembrança, na qual são também destacadas as dimensões do esquecimento e do silêncio. Para o autor, é necessário pensar, dentre outras coisas, nas funções do “não dito” e no enquadramento da memória. Na avaliação de Pollak,

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, [...] uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989, p. 8).

O “não dito” possui, então, um conteúdo que merece ser compreendido e considerado nos estudos da memória. Além disso, alerta-se para os riscos do trabalho de enquadramento da memória, em função das reinterpretações, da seletividade e de modificações do passado ao sabor dos “combates do presente e do futuro” (POLLAK, 1989).

As problematizações apontadas por Hobsbawm (2014) e Pollak (1989) levam a crer que os atos da memória envolvem a negociação e o conflito, mediados por necessidades e interesses do presente e do futuro. Isso lança a memória ao campo do poder e da ideologia, configurando-a como uma construção impregnada de contradições sociais e ideológicas. Nesses termos, embora sejam indissociáveis, é apropriado falar em memórias, pois cada uma será a expressão de um interesse de classe.

Os pressupostos até aqui apresentados para se entender que a memória é construída por homens e mulheres concretos, segundo as determinações materiais de existência, numa sociedade de classes e inserida em uma totalidade histórica, demonstram claramente a necessidade de se considerar o trabalho no processo de construção da memória. Para tanto, é essencial considerá-lo como base fundante, como condição da existência do homem, em qualquer tipo de sociedade, cuja função é mediar o intercâmbio entre o homem e a natureza, conforme preconiza a concepção marxiana.

Ao analisar essa relação social do homem com a natureza, Engels acrescenta que “[...] o homem não só transforma a natureza de acordo com seus interesses, mas também, em grande medida, a domina. E essa acentuada diferença ocorre especificamente através

do trabalho” (2004, p. 28). Para Marx e Engels, os homens se diferenciam dos animais “[...] logo que começam a *produzir* seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material” (2001, p. 10-11, grifo dos autores).

Contudo, essa primeira forma de trabalho é superada no momento em que o trabalhador se apresenta ao mercado como vendedor de sua força de trabalho, e, assim, pressupõe-se “[...] o *trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem*” (MARX, 1985, p. 149, grifo do autor) e, ao mesmo tempo, imprime-se um caráter mais processual ao trabalho, no qual exige que, antes de sua execução, ocorra um planejamento ou uma imaginação do que se deseja concretizar.

Ao considerar o processo de trabalho em sua totalidade e o seu resultado, vê-se que são os meios e os objetos que compõem os meios de produção e que o trabalho é o trabalho produtivo. É assim que o processo de trabalho se distancia da forma primeira de se satisfazer as necessidades humanas elementares, como “[...] *condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana*” (MARX, 1985, p. 153, grifo do autor) e se transforma, sob as determinações do capital, em “*processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista*” (1985, p. 153, grifo do autor). Para Marx (1985), nessa fase, duas situações são fundamentais: o trabalhador passa a trabalhar sob o controle do capitalista que comprou a sua força de trabalho, e o produto do trabalho não mais pertence ao trabalhador, mas ao capitalista.

Esse metabolismo social do capital no processo de produção capitalista faz com que “[...] o caráter útil do trabalho, sua dimensão concreta tornam-se subordinados a outra condição, a de ser *dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual*, socialmente determinada para gerar mais valor” (ANTUNES, 2010, p. 10, grifo do autor). Nesses termos, o trabalho abstrato é gerador de mercadorias e de valorização do capital e, na sociedade capitalista, ele é “*trabalho assalariado, fetichizado e, alienado*” (ANTUNES, 2010, p. 10, grifo do autor). Assim, o trabalhador é transformado em mercadoria, em um ser estranhado, cujo resultado do processo de trabalho é alheio ao trabalhador, o que, para Antunes, “[...] significa dizer que, sob o capitalismo, o trabalhador não se reconhece, mas se nega no trabalho” (2010, p. 11).

Na interpretação de Mészáros (2007), essa metamorfose acontece porque as primeiras relações entre a humanidade e a natureza, entendidas pelo autor como mediações de primeira ordem, são sobrepostas pelas mediações alienantes de segunda ordem do capital – nesse processo, o trabalho cumpre funções produtivas desumanas e se submete profundamente aos interesses do capital. Como resultado disso, o ser humano é reduzido à “condição reificada” à “carcaça do tempo”, cujo objetivo é adequá-lo “[...] aos estreitos limites

da *contabilidade do tempo* do sistema: o único gênero de contabilidade – extremamente desumanizadora - compatível com a ordem social do capital” (MÉSZÁROS, 2007, p. 42, grifo do autor).

Diante disso, embora unificados no ato laboral, assiste-se ao distanciamento entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato, o qual alcança níveis extremos com a expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção, com o trabalho assalariado e ainda com a divisão do trabalho e, conseqüentemente, a ampliação das atividades produtoras de *mais valia* para quase todos os setores da vida social.

Essas metamorfoses do trabalho, suscintamente, levantadas ocorrem, concomitantemente, ao processo de construção e desconstrução da memória, o que os torna indissociáveis e simultâneos (ALMEIDA, 2017).

Desde as relações primeiras do homem com a natureza por meio do trabalho, as experiências processadas permitem produzir e acumular conhecimento. Assim, nota-se que essas experiências sociais mediadas pelo trabalho, desde então, compõem os processos de (des)construção da memória.

Parte-se do princípio de que os mesmos homens que produzem sua materialidade também produzem ideias e pensamentos. Se o pensamento, as ideias e a consciência expressam a produção da materialidade, com a memória acontece o mesmo. Portanto, numa sociedade de classes, as ideias dominantes de uma época são as ideias das classes economicamente dominantes (ALMEIDA, 2017).

Estas formulações reafirmam a crença de que as memórias do trabalho da produção agrícola expressam o legado dos sistemas tradicionais e artesanais de cultivo, ao tempo em que deixarão entrever as rupturas e incorporações de práticas impostas pelo processo de “modernização agrícola”. Assim, acredita-se que a produção histórica deixa para as gerações futuras não apenas o seu legado objetivo-material, mas também uma memória permeada por contradições e processos ideológicos presentes na sociedade.

São essas pressuposições que articulam memória, trabalho e território e são elas que serviram de âncora para examinar o processo histórico da produção agrícola nas margens do Rio de Contas no distrito de Suçuarana, Tanhaçú - Bahia.

As transformações na produção, na distribuição, na circulação e no consumo dos produtos agrícolas

O município de Tanhaçú –BA, mesmo encravado no semiárido nordestino e com uma base fundiária constituída, predominantemente, por estabelecimentos rurais que não ultrapassam 100 hectares, desenvolve cultivos que, contraditoriamente, evidenciam a convivência lado a lado de técnicas ainda rudimentares com o uso de insumos químicos e

técnicas de irrigação. Essa coexistência entre o tradicional e o “moderno” atesta a inserção da produção local ao processo geral da acumulação capitalista. Isto acontece porque

Em sua tendência constante para acumular quantidades cada vez maiores de riqueza social sob o seu controle, o capital transforma a face do mundo inteiro. Nenhuma pedra feita por Deus permanece no lugar, nenhuma relação original com a natureza permanece inalterada, nenhum ser vivo deixa de ser afetado. Em consequência, os problemas da natureza, do espaço e do desenvolvimento desigual são colocados juntos pelo próprio capital. O desenvolvimento desigual é o processo e o padrão concreto da produção da natureza que, de alguma maneira, se reduz à discussão do valor de uso, do valor, e do valor de troca (SMITH, 1988, p. 20).

As narrativas das histórias de vida dos entrevistados confirmam que a produção agrícola não acontece desconectada do processo geral da produção capitalista de alimentos, como atesta a afirmação desse produtor: “Só planto o que tem mercado, o que não tem, não planto. Se tiver mercado para o alimento tradicional eu planto, se não tiver, não vou plantar, porque não sai [...]”². Nesse sentido, o produto que dela decorre, em grande medida, está comprometido com o valor de troca. Entretanto, na base empírica analisada, com pequena exceção, parte da produção é destinada ao consumo das famílias, e o excedente é comercializado para complementação da renda familiar.

Essa singularidade, porém, não significa dizer que não aconteceram transformações substanciais nas técnicas de produção e na comercialização dos alimentos ou que não exista um contato dessa produção com as tendências hegemônicas de cultivos pautadas no paradigma da Revolução Verde. Nos estabelecimentos rurais, notam-se, por um lado, permanências de sistemas tradicionais e, por outro, sinais da incorporação da “modernização agrícola” com a presença de cultivos que atendem à lógica do consumo, que requerem o uso de novas técnicas e insumos agrícolas, e que exigem novas formas de comercialização.

Estas transformações são evidenciadas pelos próprios produtores ao declararem as diversas condições que determinam o que plantar em suas terras: para 83% dos produtores, o preço no mercado é o que define o que será plantado; para 61%, a adaptação dos cultivos ao ambiente físico precisa ser levada em consideração; já 26% dão peso à produtividade e ao tempo de produção do cultivo; outros 22% apontaram que os custos produtivos e o consumo pela população orientam suas escolhas; e apenas 6% registraram uma preocupação com o transporte do produto até o mercado consumidor. Nenhum dos entrevistados indicou alguma condição que não estivesse vinculada às possibilidades de produção e de mercado. No entanto, como dito, parte da produção é destinada ao consumo familiar.

² Declaração de produtor local em 13 de outubro de 2019.

A reorientação da produção agrícola local se expressa de diferentes maneiras: na inserção de novas variedades de produtos (que implicou em uma adaptação das formas tradicionais de cultivo às novas formas de produção); na escolha de sementes; nas formas de plantio; no manejo; na colheita e na comercialização dos alimentos.

Ao se considerar o uso de sementes, 30% dos entrevistados declararam ainda utilizar somente sementes crioulas; 13% utilizam crioulas e híbridas; 13%, somente híbridas; 4,5% associam híbridas e transgênicas; 4,5% usam somente transgênicas; e 35% reconheceram que não sabem qual o tipo de semente que usam. Dentre as justificativas apresentadas para o uso das sementes crioulas, está o baixo custo – pois são retiradas da própria lavoura – e, para o não uso, destacam a dificuldade em encontrá-las no mercado, a baixa produtividade, a pouca resistência às pragas e a qualidade do produto, que, para eles, é incompatível com a exigência dos consumidores. O uso das sementes híbridas é defendido por estas serem consideradas mais produtivas e resistentes às condições climáticas, tal argumentação é a mesma para o uso das transgênicas. Ao justificar o uso das sementes híbridas esse agricultor destaca: “[...] as sementes crioulas não produz tanto e não tem preço e consumo. O povo num quer não! Só quer o milho grande com a espiga grande e bonito. Quando eu compro é o milho 1051”³, em referência à semente híbrida do milho AG-1051.

Apesar de estes registros nos darem uma ideia geral do tipo de semente utilizado pelos agricultores, não se pode tomá-los como verdades absolutas, pois se sabe que a intensa comercialização de sementes híbridas e transgênicas no mercado pode dificultar – ou mesmo impedir – a sua identificação pelos produtores que, em sua maioria, adquirem as sementes no mercado local e, sequer, conseguem saber a sua origem. Essa prática e a inexistência de uma política de preservação das sementes crioulas no município foram relatadas pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Não existe essa observação na semente, não. O trabalhador aqui ele vai lá e compra a primeira semente e depois dessa primeira semente ele começa a fazer a sua semente por ele mesmo. [...] Às vezes, eles trabalham dessa maneira. Aqueles que tem o conhecimento de criar uma semente com qualidade ele cria. Qualidade pela experiência. E aqueles que não tem esse conhecimento eles plantam lá de todo jeito. Toda semente que eles pegam eles acabam plantando⁴.

O Secretário Municipal da Agricultura também reafirma a inexistência de uma política de preservação das sementes crioulas:

³ Relato de produtor local em 28 de dezembro de 2019.

⁴ Entrevista concedida em 14 de outubro de 2019.

Eu como técnico tenho a preocupação que si perca esses materiais genéticos. Em relação ao poder público, a Prefeitura hoje não faz nenhum tipo de controle. Faz assim: a gente orienta, nas palestras da importância de ter aquelas sementes guardadas dos anos anteriores, muitas passadas pelas geração do avô, guarda para plantar no próximo ano. E há uma preocupação sim em relação a perder esse material genético, que hoje a indústria vende as semente híbrida⁵.

Outra prática que ameaça as sementes crioulas são as relações contratuais para acesso aos financiamentos bancários ou de políticas estatais que definem o que plantar, qual o tipo de semente e quais insumos deverão ser utilizados no cultivo, tais condicionantes retiram do produtor a autonomia nas escolhas como evidencia a fala desse produtor: “Antes nós tinha nossa semente, guardava de um ano pro outro, passava de um pra outro, mas agora nós num decide a semente mais não. Quando nós faiz contrato já tem que segui tudo certinho do jeitim que eles manda promode não dá errado e nós perder o plantio”⁶.

As alterações vão além das sementes, foram constatadas mudanças significativas nos alimentos produzidos, alguns antes disponíveis não são mais encontrados na feira livre local e nem cultivados no município. Na lista dos que desapareceram – ou se encontram escassos – estão: algodão (*Gossypium mustelinum*), sisal (*Agave sisalana*), mamona (*Ricinus communis*), feijão carioca (*Phaseolus vulgaris*), arroz da terra (*Oryza sativa*), mandioca (*Manihot esculenta*), maxixe silvestre (*Cucumis anguria*), melancia comprida (*Citrullus lanatus*), beldroega (*Portulaca oleracea*), gabiraba (*Campomanesia xanthocarpa*), cavaçu (*Coccoloba laevis Casaer*), melão coalhada (*Cucumis melo L.*), abacate de pescoço (*Persea americana*), abóbora moranga (*Curcubita máxima*), manga rosa (*Mangifera indica L.*), manga espada (*Mangifera indica*), maracujá do mato (*Passiflora cincinnata*), fruta de palma (*Opuntia sp*), coco licuri (*Syagrus coronata*) e laranja da terra (*Citrus aurantium L.*). Apesar desse cenário, quando indagados sobre a possibilidade de retomar essas práticas com o apoio técnico e econômico de políticas estatais, 65% dos agricultores declararam ter interesse em realizar cultivos tradicionais – em suas memórias, percebia-se a lembrança saudosa das fartas colheitas do arroz, do algodão, do feijão, entre outros.

Na opinião dos agricultores, a decadência desses cultivos se deve à seca, às pragas (bicudo no algodão), à queda do preço no mercado, à concorrência externa, ao desmatamento e ao aumento da demanda de outros alimentos no mercado. Os relatos desses agricultores expressam alguns desses problemas:

Aqui a gente prantava muito algodão e nas baixadas a gente prantava arroz na época da chuva. Maxixe dava demais, a gente nem precisava prantar. Mas, com esse tempo seco e o bicudo acabou tudo⁷.

⁵ Entrevista concedida em 12 de outubro de 2019.

⁶ Relato de produtor local em 28 de dezembro de 2019.

⁷ Relato de produtor local em 28 de dezembro de 2019.

Antigamente, não precisa de veneno e nem adubo e produzia muito, porque a chuva era constante. Agora, sem chuva, se não for irrigado, no adubo e na base do veneno, não dá⁸.

O cultivo de sequeiro está acabano, porque não tem chuva. A gente pranta no pó e a chuva não vem. Aí, perde todo o trabai e o dinheiro⁹.

No relato dos consumidores, esses alimentos foram substituídos por outras variedades que “vieram de fora”, a exemplo do maxixe liso, da melancia redonda, da manga *palmer* e *tommy*, do maracujá amarelo (*Passiflora edulis*), entre outros. Apesar de se registrar uma aprovação de 27% consumidores a estes novos alimentos – pois os consideram de fácil preparo, ou com uma aparência melhor, sobretudo, quanto ao brilho e ao tamanho – 73% dos consumidores entrevistados os desaprovam, pois, para 60%, deles houve uma alteração negativa quanto ao sabor, 30% acreditam que esses cultivos são realizados com o uso intenso de agrotóxicos, para 45% o tempo de perecibilidade é muito menor e para 15% a textura não é a mesma. Com essas razões, estes últimos desejam o retorno dos produtos considerados tradicionais – que ainda guardam o sabor, a forma, a aparência e a textura em suas memórias.

Ao analisarem as transformações ocorridas na produção e no consumo de alimentos, Menezes (2013) e Coca (2016) chamam a atenção para o poder do aparato midiático, a exemplo do *marketing* e da propaganda, cujo conteúdo ideológico se ancora na “[...] redução do trabalho feminino e na praticidade” (MENEZES, 2013, p. 49) e, com isso, “[...] devastam da dieta produtos locais tradicionais” (MENEZES, 2013, p. 52). Nessa direção, Coca (2016) também irá concluir que “tem sido cada vez menos frequente o consumo de alimentos frescos e produzidos localmente” (p. 46). Para os autores, vê-se, cada vez mais, o consumo de alimentos industrializados ou processados e, conseqüentemente, uma padronização nas dietas.

Ao ponderar sobre as ameaças às sementes crioulas e as mudanças na dieta da população, Carvalho (2013) chama a atenção para o controle oligopolista das sementes e a disponibilização de alimentos processados no mercado e incorporados nas dietas das populações tradicionais, o que “Introduziu elementos novos na concepção de mundo dessas populações pela negação do tradicional em nome do moderno” (CARVALHO, 2013, p. 44).

Essas mudanças, obviamente, exigiram dos sujeitos sociais envolvidos na produção de alimentos repensar o processo de trabalho e das técnicas de produção. Nas narrativas, aparecem os desafios por eles enfrentados quando se deparam com um novo produto que requer um conhecimento de manejo com o qual não estão acostumados. Afinal, “[...] plantar maracujá e pinha não é a mesma coisa de plantar algodão, feijão ou milho [...] é

⁸ Relato de produtor local em 28 de dezembro de 2019.

⁹ Relato de produtor local em 28 de dezembro de 2019.

bem diferente. A gente aprende no olho, aos tiquim [...], porque curso a gente não tem não [...]”¹⁰.

A introdução de novas técnicas e novos insumos e, sobretudo, da irrigação dos cultivos nas margens do Rio de Contas significou para muitos produtores um aumento da produtividade. Os alimentos que antes eram levados pelos próprios produtores – a pé, a cavalo ou em pequenas caminhonetes, exclusivamente, à feira livre do distrito de Suçuarana, quando muito à feira livre da sede municipal – passaram a ser comercializados em outros municípios baianos e em outros Estados. Entretanto, a comercialização desse excedente forçou alterações na forma de comércio, sobretudo, pela perda da autonomia de muitos pequenos produtores na definição dos seus parceiros comerciais e do preço de seus produtos.

Para 78% dos agricultores familiares camponeses, a produção é comercializada no estabelecimento rural, como dizem: “na porteira”. Contudo, o excedente é entregue ao atravessador – que, em 89% dos casos, leva-o e não fixa o preço no momento da aquisição. O preço é definido quando o atravessador retorna da venda e paga ao produtor o que considera adequado aos seus interesses lucrativos. Apenas 11% dos produtores declararam somente repassar ao atravessador por um preço fixo. O poder econômico exercido pelo atravessador deixa os agricultores vulneráveis. Muitos deles relataram que, se não aceitarem essas condições, seu produto fica na porteira ou sofrem sanções por parte do atravessador, que ameaça não pegar a produção da semana seguinte.

Sobre essa relação conflituosa, um produtor relata: “Aqui, nós não ganha nada não, aqui nós só sofre. Quem ganha mesmo é o atravessador. Pode ver lá... ele só anda de carrão, e o pobre do produtor anda de pé [...]”¹¹. A declaração do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais corrobora o relato do pequeno produtor:

[...] esse trabalhador que te falou isso não mentiu não. É o grande problema hoje, que quem ganha hoje não é quem produz. Quem ganha hoje é quem atravessa. Eles pegam a mercadoria sem nenhum preço fixado, leva embora, quando chega lá ele se combina com o outro que pegou do outro lá também, faz do mesmo jeito e aí chega e paga o preço que eles querem. É [...] cê vê hoje, o trabalhador ele não tem nada. O atravessador tem suas grandes fazendas, suas grandes propriedades hoje, tá por cima da situação. Então, é um problema muito doloroso [...]”¹².

Ao avaliar especificamente o controle capitalista do processo de alimentação da população, Coca (2016) conclui que ele se expressa no espaço e no tempo. No espaço, com o “[...] distanciamento entre produtores e consumidores” e, no tempo, com o uso de “[...]”

¹⁰ Relato de um trabalhador agrícola em 28/12/2019.

¹¹ Relato de um trabalhador agrícola em 12/10/2019.

¹² Entrevista concedida em 14/10/2019.

mecanismos de controle dos recursos energéticos com o intuito de maximizar o processo produtivo, todavia, desprezando os conhecimentos tradicionais da população do campo” (COCA, 2016, p. 35).

As estratégias utilizadas pelo capital estão presentes em todo o processo produtivo, em que, embora esteja fragmentado pelas etapas da produção, da distribuição, da circulação e do consumo, não se pode perder de vista a relação dialética que esses processos possuem, vez que o consumo pode estar na produção e a produção no consumo. Na produção, destaca-se o controle na comercialização e no consumo de sementes, do uso de insumos químicos, das técnicas de cultivos, etc. Na distribuição, estão a atuação marcante do atravessador e as dificuldades dos agricultores de superarem as barreiras do deslocamento até o mercado consumidor. No consumo, estão as determinações do que plantar, quando plantar, como plantar, como vender e onde vender.

Ademais, o *modus operandi* da produção capitalista de alimentos delineado pelas estratégias até aqui elencadas coloca em risco a sobrevivência de comunidades agrícolas tradicionais e de seus costumes, retira a autonomia dos agricultores familiares camponeses e, ainda, imprime um rastro de destruição no meio ambiente com o uso indiscriminado de agrotóxicos que contaminam o solo, os alimentos, a água, etc.

Apesar da força destrutiva do capital em direção à “modernização” e à padronização da produção, da distribuição, da circulação e do consumo de alimentos, é possível vislumbrar alternativas de enfrentamento para além do capital (MÉSZAROS, 2002). Embora não se registrem ações de fortalecimento de cultivos tradicionais no município, exemplos que podem iluminar as práticas agrícolas locais são as ações da Via Campesina no sentido de enfrentar o poder do agronegócio por meio do fortalecimento da produção local, de movimentos sociais vinculados ao campo, como o MST, MPA, MMC, dentre outros, com a produção de alimentos saudáveis agroecológicos e orgânicos que se contrapõem às *commodities* da monocultura do agronegócio mundial, dentre outras iniciativas.

Acredita-se que a convicção na valorização dos cultivos tradicionais como uma estratégia de ruptura com a padronização da produção agrícola encontra fôlego em análises que se baseiam no entendimento de que

[...] nesses territórios tradicionais, o tecido social continue entrelaçado por conexões aglutinadoras, como as relações de proximidade, as trocas de saberes entre amigos, vizinhos, parentes e o compadrio, que denotam processos de criação de alternativas, com vistas à permanência e à inclusão no meio rural (MENEZES, 2013, p. 36).

Além disso, para a autora “[...] em meio à “modernização” ou à inserção do uso de técnicas modernas – e embalados por essas mudanças –, os agricultores, em determinados

territórios, resgatam atividades enraizadas e (re)inventam produtos” (MENEZES, 2013, p. 36). Resta saber se essas iniciativas terão a força necessária para sobreviverem às investidas da produção capitalista de alimentos e se receberão a proteção adequada das políticas de valorização e fortalecimento dos cultivos tradicionais implementadas pelo Estado. Tais iniciativas terão sucesso à medida que o mercado consumidor legitima e demanda esses alimentos tradicionais, agroecológicos e os orgânicos cultivados pelos camponeses. São visíveis a ascensão da demanda e o crescimento de feiras da agricultura familiar camponesa, agroecológicas e de produtos orgânicos comercializados diretamente pelo agricultor. Portanto, faz-se necessária uma articulação do campo cidade no sentido de fortalecer os laços entre aqueles que produzem alimentos e os consumidores; a aproximação desses grupos resultará no fortalecimento das cadeias curtas e na redução ou no fim da prática exploratória dos atravessadores.

As configurações territoriais das memórias do trabalho

O município de Tanhaçú está inserido no Território de Identidade do Sertão Produtivo, composto por 20 municípios. Conforme dados do IBGE (2018), o município de Tanhaçú – BA possui uma população estimada de 20.416 habitantes, com uma área total de 1.277,513km², um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,577 e um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 191.104,00.

De acordo com os dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017, do total de 78.409,337 hectares ocupados pelos estabelecimentos agrícolas, apenas 5.795,82 são utilizados com lavouras, estando 4.548,335 hectares utilizados com lavouras temporárias, 1.244,076 com cultivos permanentes e 3,409 destinados ao cultivo de flores. Outras áreas são ocupadas por Pastagens (36.105,389), Matas ou Florestas (16.832,554) ou Sistemas Agroflorestais (8.853,304). Vê-se que a área utilizada nos estabelecimentos agropecuários do município com as lavouras representa, aproximadamente, 7% do total. Este quadro pode estar relacionado a vários fatores tanto físicos (região do semiárido, com baixo índice pluviométrico e com longo período de estiagem, – portanto, dependente da irrigação dos cultivos, e, em algumas áreas, registra-se a presença de solos com limitações para a agricultura por serem rasos, desérticos e com pavimento detrítico), quanto sociais (região em que predominam agricultores familiares camponeses com baixos rendimentos e com dificuldade de acesso aos financiamentos e às técnicas de cultivos) ou políticos (pouca participação nas políticas estatais de fomento ou valorização dos cultivos tradicionais).

Ao tomar como parâmetro o recorte espacial da pesquisa, observa-se o predomínio de pequenos estabelecimentos rurais. Do total examinado, 57% não ultrapassam 10 hectares, 17% têm entre 11 e 20 hectares, 4% estão entre 31 e 40 hectares, 9% possuem

entre 41 e 50 hectares e 13% mais de 60 hectares. Dos agricultores entrevistados, 61% declararam residir nas propriedades desde que nasceram e ainda viverem com filhos, netos e bisnetos no mesmo lugar. Os 39% dos demais agricultores que não moram na terra cultivada, 33% residem em fazendas próximas, 56% no distrito de Suçuarana e 11% em outro município. 82% das famílias possuem até 4 filhos e 13,5% mais de quatro. Apenas 4,5% não possuem filhos.

Estudo feito por Almeida, Souza e Santana (2011) na mesma área pesquisada revelou que a terra representa para muitas famílias que residem no local a única possibilidade de trabalho e de sobrevivência e, em sua maioria, são consideradas devolutas, passadas de geração a geração. A inexistência de titulação definitiva das terras tem sido apontada pelos agricultores como uma das dificuldades para acesso ao financiamento bancário ou a políticas estatais.

Em todo o território analisado, nota-se a prática da policultura com uma diversidade de cultivos simultâneos. Dentre os cultivos declarados pelos entrevistados, estão: limão (48%), feijão catador (48%), quiabo (48%), maracujá (39%), milho (35%), maxixe liso (26%), pinha (22%), manga (17%), melancia (13%), feijão de arranca (13%), feijão de corda (13%), laranja (9%), palma (9%), pimenta (9%), mandioca (4,5%), tomate (4,5%), batata doce (4,5%), andú (4,5%), hortaliças (4,5%) e capim (4,5%). Grande parte da produção – sobretudo, de maracujá, manga, pinha, quiabo, melancia e limão – é escoada para além dos limites municipais, o que amplia e complexifica as relações territoriais. Os principais mercados são: Vitória da Conquista (BA), Salvador (BA), Juazeiro (BA), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP). Como dito, essa comercialização, quase que, em sua totalidade, é feita pelo atravessador. As condições socioeconômicas dos produtores e a inexistência de uma associação deixam os pequenos proprietários ainda mais vulneráveis.

Mas este não é o único problema enfrentado pelos pequenos produtores. As terras onde estão os cultivos se situam na estreita faixa de terras agricultáveis nas margens do Rio de Contas, e, em 2012, as terras localizadas na margem esquerda do rio tiveram sua área cultivável ainda mais reduzida em razão das desapropriações feitas para a construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL). Para muitas famílias, isso representou a expulsão da terra ou a impossibilidade de continuidade dos cultivos. Além do mais, o município tem enfrentado longos períodos de estiagem e com corte total do curso d'água do Rio de Contas. Sem a água para irrigar os cultivos, os produtores têm enfrentado a perda de cultivos e animais.

A aridez não é apenas física, os agricultores familiares camponeses estão sozinhos, não dispõem de assistência técnica em razão do sucateamento dos órgãos de extensão rural e, em geral, produzem tendo como parâmetro os saberes geracionais. Dados do Censo Agropecuário (2017) mostram que do total de 2.737 estabelecimentos

agropecuários existentes no município, apenas 84 declararam receber assistência técnica. Esse cenário reafirma a dificuldade de acesso dos agricultores à assistência técnica, exceto quando esta convém à empresa que comercializa os insumos agrícolas.

Apesar das dificuldades enfrentadas, vê-se, no território, como já registrado, a inserção de novos cultivos que vêm exigindo transformações nas propriedades, como: a ampliação da área cultivada, o uso da irrigação a motor, insumos agrícolas, principalmente, com a adoção de sementes híbridas ou transgênicas que requerem uma adubação química, e o uso de agrotóxicos. De acordo com o Censo Agropecuário (2017), no município de Tanhaçú, de um total de 2.737 estabelecimentos agropecuários, 415 utilizam adubação química, 917 utilizam apenas a adubação orgânica e 368 associam a adubação química e orgânica. Dentre o total de estabelecimentos, 1.552 declararam utilizar agrotóxicos e 1.077 declararam não utilizar. Este número reforça a tendência nacional e mundial de intensificação do uso de agrotóxico nos cultivos, mesmo em pequenas propriedades. O uso da adubação química e do agrotóxico, têm provocado graves problemas ao meio ambiente, como a poluição dos solos e dos mananciais hídricos e aos trabalhadores e trabalhadoras que, sem conhecimento adequado, sem assistência técnica e sem uma fiscalização rigorosa dos órgãos competentes, expõem a sua saúde e a de consumidores.

Todos os agricultores entrevistados indicaram alterações em suas propriedades. Para 35%, foi necessário ampliar a área cultivada, 83% declararam utilizar adubação química, todos possuem cultivos irrigados com micro aspersores, 22% construíram galpões de pequeno e médio portes para armazenamento, 35% ampliaram a reserva hídrica com a construção de pequenos açudes, tanques ou poços artesianos e 35% reconfiguraram os cultivos para controle de pragas, com a prática da alternância de cultivos no solo e o uso de máquinas. Na fala desse agricultor são apontadas as alterações em sua propriedade: “Aqui na minha terrinha eu tive que botá um motô para puxar água do rio, senão, não dá nada. Também num vô mentir eu coloco veneno pra matar um bisorim que fura tomate e pimentão. É só um tiquim também. Agora eu consigo produzir mais e até levar pra feira”¹³.

Para o Secretário Municipal de Agricultura, a produção agrícola mudou bastante nos últimos vinte anos, atribuem-se as mudanças à perfuração de poços artesianos. Em sua avaliação,

[...] devido à possibilidade de perfuração de poços, eles mudaram o perfil da agricultura aqui. O pessoal que ficava distante das margens dos Rios só produzia algodão, mamona, feijão, milho de forma tradicional de sequeiro, e também a agropecuária sempre teve. Hoje não, hoje mudou o cenário da produção. Hoje tá produzindo quase tudo aqui através da irrigação por meio

¹³ Relato de produtor local em 28/12/2019.

dos poços. Hoje temos o maracujá que o pessoal está plantando bastante, o tomate, o quiabo, melancia esses outros tipos de cultura irrigada¹⁴.

Entretanto, sabe-se que essa prática tem ocorrido, em grande medida, sem autorização e ou acompanhamento dos órgãos fiscalizadores. O Presidente do Sindicato confirma essa tendência em curso, de que os produtores estão “[...] continuando perfurando os poços clandestinos, que é muito perigoso. Nós temos aqui em torno de 1 mil metros 16 poços artesanais clandestinos. [...] nós temos região que tem um poço distante do outro 10 metros de distância”¹⁵. Os sinais de esgotamento dos recursos hídricos do subsolo, bem como os efeitos da sua salinização, já são motivo de preocupação.

As transformações marcadas pela e na memória do trabalho agrícola nas margens do Rio de Contas, em suas diferentes fases – produção, distribuição, circulação e consumo – fazem e refazem o território, ao passo que este se constitui no produto concreto das contradições e das disputas de classe e poder travadas entre agricultores familiares camponeses, atravessadores, consumidores, Sindicato e o Estado. Dito de outra forma, o território permanentemente se (re)produz na relação contraditória capital-trabalho.

Considerações finais

Com o tratamento do território, da memória e do trabalho como unidade dialética contraditória, foi possível conhecer as transformações ocorridas, ao longo do tempo, na produção, distribuição, circulação e no consumo dos produtos agrícolas nas margens do Rio de Contas, no Distrito de Tanhaçú – BA. Essas mudanças se realizam permeadas de contradições e envoltas em disputas. Os agricultores se veem entre o valor de uso e o valor de troca, pois, por um lado, está o desejo pelos cultivos tradicionais com a saudade declarada de produtos que já não se encontram mais ou a insistência pelo uso de técnicas antigas que nem sempre funcionam com os novos cultivos e, por outro, está a luta premente pela sobrevivência que, como visto, traduz-se, muitas vezes, na adoção de novos cultivos, considerados mais aceitos pelo mercado ou no uso de insumos agrícolas como os produtos químicos que, inclusive, podem lhes custar a vida.

Esse dilema se expressa numa configuração territorial em que predomina a policultura, viabilizada pela convivência de instrumentos de trabalho nos sistemas tradicionais de cultivo (como a enxada, o machado, a adubação orgânica, a semente crioula, etc.) com os instrumentos dos sistemas considerados modernos (a adubação química, os agrotóxicos, as máquinas, as sementes híbridas ou transgênicas, etc.).

¹⁴ Entrevista concedida em 12/10/2019.

¹⁵ Entrevista concedida em 14/10/2019.

As configurações territoriais e as memórias do trabalho também deixam entrever uma perda da autonomia dos pequenos produtores para decidirem o que plantar, como plantar, para quem vender e como vender. A fragilidade no nível de organização deixa-os vulneráveis ao poder econômico dos atravessadores e, cada vez mais, distantes de políticas comprometidas com a preservação dos sistemas tradicionais de cultivos e com uma produção de alimentos mais saudáveis.

Referências

ALMEIDA, M. C. C. **Memória, trabalho e território: o processo de trabalho na construção civil na cidade de Vitória da Conquista – Bahia.** 2017. 202f. Tese (Doutorado em Memória, Linguagem e Sociedade, PPGMLS-UESB), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA, 2017.

ALMEIDA, M. C. C.; SOUZA, S. T.; SANTANA, M. R. O traçado da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) e os impactos sócio espaciais no município de Tanhaçú – BA. In: Questões epistemológicas: a prática social da geografia atual, sua relevância e contribuição para a Bahia contemporânea. VIII encontro Baiano de Geografia e X Semana de Geografia da UESB, 16 a 19 de ago. 2011. **Anais.** Vitória da Conquista: UESB. ISSN: 2179-4774.

ANTUNES, R. Trabalho uno ou omni. A dialética entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. **ARGUMENTUM**, Vitória, v.2, n.2, p. 9-15, jul./dez., 2010.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de Survey.** Belo Horizonte, MG: UFMG, 1999. Tradução de Guilherme Cesarino.

BESSON, J. L. As estatísticas: verdadeiras ou falsas. In: BESSON, J. L. (Org.) **A ilusão das estatísticas.** São Paulo: Editora UNESP, 1995. 289p.

CARVALHO, H. M. de. O oligopólio na produção de sementes e a tendência à padronização da dieta alimentar mundial. In: STEDILE, João Pedro; DOUGLAS, Estevam. **A questão agrária no Brasil.** O debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COCA, E. L. de F. **A soberania alimentar através do estado e da sociedade civil: o programa de aquisição de alimentos (PAA), no Brasil e a rede farm to cafeteria Canada (F2CC), no Canadá.** 2016. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2016.

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** In: A dialética do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

IBGE. **Censo Agropecuário. Dados Preliminares (2017).**

IBGE. **Dados estimados de população (2018).**

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006. Tradução: Carlos Szlak.

HOBSBAWM, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Org.) **A invenção das tradições.** 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. Tradução: Celina Cardim Cavalcante.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Unicamp, 1990. Tradução: Bernardo Leitão [et al.]. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. V. I, 2. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985, (V. I) (Coleção os Economistas).

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MENEZES, S. de S. M. Comida de ontem, comida de hoje. O que mudou na alimentação das comunidades tradicionais sertanejas? **OLAM Ciência e tecnologia**. Rio Claro, SP: UNESP, Ano XIII, v.1, n. 2. p. 31 – 58, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/index>. Acesso em: 13/06/2019.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. Tradução: Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007. Tradução: Ana Cotim e Vera Cotrim.

OLIVEIRA, A. U. de. **A fronteira Amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência**. São Paulo: USP/FFLCH, 1997. (Tese de livre docente).

OLIVEIRA, A. U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F.A.; DAMIANI, A. L.; OLIVEIRA, A. U. et all. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SMITH, N. **O desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

Sobre as autoras

Miriam Cléa Coelho Almeida – Doutorado em Doutorado em Memória:Linguagem e Sociedade (2017) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestrado em Geografia (2005) pela UFBA. Graduação em Geografia pela UFBA (1992). Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-2662-4466>.

Sônia de Souza Mendonça Menezes – Doutorado (2009), Mestrado (2001) e Graduação em Geografia (1987) pela Universidade Federal do Sergipe (UFS). Professora Associada do Departamento de Geografia da UFS. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-6072-771X>

Como citar este artigo

ALMEIDA, Miriam Cléa; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Território e memórias do trabalho: a produção agrícola nas margens do rio de Contas no Distrito de Suçuarana – Tanhaçú – Bahia. **Revista NERA**, v. 24, n. 56, p. 51-71, jan.-abr., 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo “Território e memórias do trabalho: a produção agrícola nas margens do Rio de Contas no distrito de Suçuarana – Tanhaçú – Bahia” foram construídas pelas autoras. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em conjunto. As

autoras **Miriam Cléa Coelho Almeida** e **Sônia de Souza Mendonça Menezes** foram responsáveis pela aquisição e interpretação de dados e pelo desenvolvimento teórico-conceitual

Recebido para publicação em 27 de julho de 2020.
Devolvido para a revisão em 26 de novembro de 2020.
Aceito para a publicação em 12 de dezembro de 2020.
